



## AS CARTOGRAFIAS DA ALIMENTAÇÃO E DA FOME NA GEOGRAFIA

Daniel Louzada Casteluber <sup>1</sup>

### Resumo

O artigo expõe traços da teoria social, a qual a geografia busca problematizar e compreender o quadro atual de fome e insegurança alimentar no Brasil, a partir do pensamento geográfico clássico e de geógrafos brasileiros, estabelecendo cartografias sobre a questão alimentar. Para isso, o tema da alimentação é visto com um fundamento que expõe e orienta o debate em múltiplas escalas geográficas. Através de uma revisão de literatura sistemática buscou-se discutir e apresentar as interfaces entre alimentação e geografia por meio dos precursores do pensamento geográfico que tiveram influência da Escola Francesa, como Vidal de La Blache, Friedrich Ratzel e Max Sorre. Dialogando com a geografia clássica e com os trabalhos de geógrafos brasileiros como Josué de Castro e Milton Santos, bem com as análises de Jean Ziegler, Pierre George e Susan George ficou indubitável que a alimentação, enquanto elemento cerne do pensamento geográfico, potencializa o entendimento do processo de imposição capitalista do modelo de produção colonial, que trouxe consequências socioeconômicas e ambientais para os países subdesenvolvidos, repercutindo na alimentação atual dessas populações que permanecem marcadas pela erosão da cultura alimentar, pelo flagelo da fome e da insegurança alimentar. Espera-se que a discussão provoque, desperte e resgate o interesse dos geógrafos e outros pesquisadores em relação a importância da alimentação enquanto alicerce que coadjuva com a busca por soluções para a garantia da segurança alimentar com vistas a efetiva soberania alimentar.

**Palavras-chave:** Alimentação, Insegurança Alimentar, Geografia, Fome.

### Resumen

El artículo expone huellas de la teoría social, cuya geografía busca problematizar y comprender la situación actual de hambre e inseguridad alimentaria en Brasil, a partir del pensamiento geográfico clásico y de los geógrafos brasileños, estableciendo cartografías sobre la cuestión alimentaria. Para ello, el tema de la alimentación es visto con un fundamento que expone y orienta el debate en múltiples escalas geográficas. A través de una revisión sistemática de la literatura, buscamos discutir y presentar las interfaces entre comida y geografía a través de los precursores del pensamiento geográfico influenciados por la Escuela Francesa, como Vidal de La Blache, Friedrich Ratzel y Max Sorre. Del diálogo con la geografía clásica y los trabajos de geógrafos brasileños como Josué de Castro y Milton Santos, así como los análisis de Jean Ziegler, Pierre George y Susan George, quedó claro que la comida, como elemento central del pensamiento geográfico, potencia la comprensión del proceso de imposición capitalista del modelo productivo colonial, que trajo consecuencias socioeconómicas y ambientales a los países subdesarrollados, impactando la alimentación actual de estas poblaciones que siguen marcadas por la erosión de la cultura alimentaria, el flagelo del hambre y la inseguridad alimentaria. Se espera que el debate provoque, despierte y reavive el interés de geógrafos y otros investigadores en relación a la importancia de la alimentación como fundamento que sustenta la búsqueda de soluciones para garantizar la seguridad alimentaria con miras a una soberanía alimentaria efectiva.

**Palabras clave:** Alimentos, Inseguridad Alimentaria, Geografía, Hambre

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES/PPGG e Professor do Instituto Federal do Espírito Santos. IFES-Campus Itapina: [danielcasteluber@yahoo.com.br](mailto:danielcasteluber@yahoo.com.br); [casteluber@ifes.edu.br](mailto:casteluber@ifes.edu.br);

Como a alimentação e fome se manifestam na geografia? Como elas estão presentes no espaço geográfico? Existe um padrão de manifestação e distribuição entre regiões ou mesmo entre os países e classes socioeconômicas? Essas questões colaboram no sentido de direcionar parte da discussão e potencializa um dos objetivos do trabalho de compreender o quadro atual de fome no Brasil a partir do pensamento geográfico clássico e de análises de geógrafos brasileiros influenciados pela escola francesa. Buscar desvelar a complexidade de caminhos em relação à alimentação dentro da geografia, proporciona construir reflexões sobre as mudanças nos sistemas alimentares globais e a comensalidade das populações.

A nossa civilização foi construída através da alimentação, isso porque toda a existência da humanidade vem da relação do estômago e do sexo, sendo uma temática crucial quando pensamos no desenvolvimento das sociedades (CÂMARA CASCUDO, 2017).

A temática da alimentação e suas carências (fomes) tem sido há anos estudada pelos geógrafos, seja pela complexidade inerente aos trabalhos ou mesmo pela própria universidade, o que a configura como um tema multidimensional, desta forma, refletir sobre a questão da alimentação pressupõe na geografia, pensar em suas origens dentro do pensamento geográfico clássico.

Nesse panorama, a geografia é uma ciência única que considera a Terra como um todo, consegue saber sobre os fenômenos na superfície, classificá-los, observá-los, agrupá-los e permite fazer a sua localização, extensão, coordenação e casualidade, orientando o homem em relação a vasta análise sobre a imensidão da problemática que envolve alimentação (CASTRO, 1937).

Porém, uma alimentação insuficiente não permite o funcionamento e o desenvolvimento normal do indivíduo, daí uma das preocupações de Josué de Castro ao discorrer sobre a importância do estudo científico da alimentação em se conhecer os hábitos alimentares de cada povo, para melhor compreender a sua formação e a evolução econômica e social (CASTRO, 1968).

Reconhecendo que a geografia clássica percebia a alimentação dentro do prisma dos gêneros de vida, nos propomos a problematizar que a questão da alimentação, enquanto fundamento dos estudos geográficos, ocupava lugar de centralidade até o século XX, porém mediante as transformações socioeconômicas e ambientais, com a globalização, a alimentação deixou de ser um princípio dentro da geografia e passou a ser tratada como um tema correlato, com menor relevância.

Atualmente o tema da alimentação está em ascendência na geografia, uma vez que as carências alimentícias em diversas partes do mundo têm se agravado pela pandemia de covid-19, além das guerras, mudanças climáticas, alta de preços de combustíveis, fertilizantes, sementes e intensificação dos sistemas de produção apoiados no agronegócio exportador e de distribuição de alimentos que privilegia as *commodities* comercializadas nos circuitos longos (grandes multinacionais do agronegócio e as grandes redes de supermercados), bem como o aumento do consumo de alimentos industrializados como os ultraprocessados<sup>2</sup> frente a redução do incentivo à agricultura familiar e do consumo de alimentos *in natura*, normalmente comercializados em circuitos curtos (feiras livres e pequenos comércios).

Os modelos produtivistas inseridas nas colônias pelas potências capitalistas imperialistas, desde o período colonial, colaboraram para que a alimentação fosse utilizada como instrumento de poder mediante a dominação dos territórios dos povos conquistados, o que ao longo da evolução do capital, repercutiu na expropriação de suas terras e modos de vida, intensificando as estruturas desiguais dos países subdesenvolvidos e ecoando na erosão alimentar das populações, sobretudo nas zonas rurais, nas periferias das regiões metropolitanas e nas comunidades tradicionais.

Assim como os geógrafos clássicos como Vidal de La Blache, Friedrich Ratzel e Max Sorre, que tinham na alimentação um fundamento para suas análises, a geografia brasileira, tem nos estudos de Josué de Castro e Milton Santos várias veredas que engendram resultados e análises pertinentes à questão da alimentação nos países marcados pelo subdesenvolvimento.

Santos (2021) aponta que no Brasil ocorre o que ele denomina de subconsumo das massas urbanas, que constitui a substituição de alimentos ricos por de menor valor e o crescente endividamento da população de menor poder aquisitivo para obter alimentos básicos, e que o comprometimento da renda dessas populações em relação a alimentação é um dos aspectos do subdesenvolvimento.

As estratificações da alimentação e da fome no Terceiro Mundo se inserem nas diferenciações regionais da urbanização. De fato, as disparidades socioeconômicas presentes no território brasileiro, repercutem de forma mais prevalente na alimentação de uma parcela específica da população que vive em estado de insegurança alimentar, caracterizada pela

---

<sup>2</sup> Alimentos ultraprocessados são formulações industriais feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, amido, proteínas), derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas como petróleo e carvão (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e vários tipos de aditivos usados para dotar os produtos de propriedades sensoriais atraentes).

baixa escolaridade e renda, de cor preta, que vive nas periferias urbanas ou na zona rural e que pertence ao sexo feminino.

### **Metodologia**

Levando em consideração o objetivo proposto em melhor compreender o quadro de fome do Brasil tendo a alimentação como fundamento na esteira do pensamento clássico da geografia, optou-se pela revisão bibliográfica sistemática baseada em artigos e obras que possam dimensionar o que está sendo pesquisado e quais caminhos ainda podem ser explorados para a compreensão do quadro alimentar global marcado pela fome e a insegurança alimentar.

A problemática apresentada é o ponto de partida para os estudos de geógrafos que abordam o tema da alimentação em suas pesquisas, neste sentido, buscou-se identificar as cartografias da alimentação e da fome no pensamento clássico da geografia, como Vidal de La Blache (1845-1918) na obra “Princípios de geografia humana”, se aproximando mais dos gêneros de vida<sup>3</sup>, Friedrich Ratzel (1844-1904) em “O espaço da vida: um estudo biogeográfico” em que vincula aos espaços de moradia, proliferação, de vida (ecúmenos) e a este os espaços de alimentação e Max Sorre (1880-1962) na compreensão da relação homem-meio.

No segundo momento nos reportamos aos estudos de Milton Santos que, mesmo não discutindo diretamente as carências alimentares e a fome, como Josué de Castro fez, nos conduz sobre os estudos das transformações das populações urbanas nos países subdesenvolvidos envolvendo a questão da alimentação como ponto de partida para se compreender o Terceiro Mundo e suas desigualdades diante do mundo globalizado.

Na terceira parte, a discussão perpassa pela evolução do tema da alimentação e da fome associado ao avanço do capitalismo concomitante a implantação dos sistemas produtivos e divisão internacional do trabalho nos países subdesenvolvidos que repercutem na segurança alimentar e o agravamento do quadro de fome dessas populações, para isso, nos pautamos nos trabalhos de Josué de Castro, Jean Ziegler, Caio Prado Junior, Pierre George e Susan George.

### **Referencial Teórico**

#### **A manifestação da Alimentação e da Fome na geografia**

A partir da ideia de unidade terrestre, Vidal De La Blache desenvolveu o conceito de gênero de vida, mais conhecido atualmente como modo de vida. Esse conceito se relaciona

---

<sup>3</sup> Gênero de vida: Para La Blache, é o conjunto de técnicas, hábitos e costumes que permitem aos homens fazerem uso dos recursos naturais disponíveis.



com o meio e o espaço habitado (*habitat*) e nos auxilia a pensarmos nas adaptações humanas voltadas para se estabelecer no meio, logo, nos voltamos ao uso das técnicas e as tecnologias, inclusive as alimentares que os grupos sociais desenvolveram e aprimoram ao longo de gerações.

Os gêneros de vida revelam os meios de vida de uma coletividade para a sua sobrevivência, superando diversos níveis de dificuldade da natureza. Os gêneros de vida atuais são resultados contínuos dos gêneros de vida anteriores, regida por uma ideia de possibilidade. La Blache concebia “o estudo do meio como ponto de partida da pesquisa geográfica”. O meio está, contudo, sujeito a força de transformação poderosíssima, ou seja, a ação humana. Assim como os demais elementos do meio, o homem atua sobre o seu meio ambiente e concomitante a este processo, sofre sua ação (GOMES, 1996, p.200).

É importante ressaltar que em sua discussão teórica sobre o desenvolvimento das sociedades, La Blache propagava que o isolamento geográfico produziu os gêneros de vida em resposta das sociedades humanas em se adaptar para sobreviver e reconheceu que os gêneros de vida das sociedades têm uma dinâmica distinta e que alguns gêneros se desenvolveram mais que outros, chamou este evento de “domínios de civilização” (MATUSHIMA, 2020).

Os domínios de civilização europeia “[...] seriam mais avançados do que em outros continentes, o que justificaria os processos de colonização dos europeus nas Américas, Ásia, África e Oceania, locais onde predominavam sociedades mais atrasadas[...], isso para La Blache era necessário ter contato com a sociedade europeia para superar o seu atraso, justificando assim o colonialismo imposto aos denominados povos atrasados. “A França, ao expandir seu império colonial, estaria levando “desenvolvimento” aos povos considerados atrasados; esse discurso na geografia francesa serviu para justificar a exploração colonial de diversas sociedades fora da Europa” (MATUSHIMA, 2020, p.376).

“O homem criou para si modos de vida”. Fazendo o uso de materiais e de elementos do meio ambiente, foi transmitindo para suas gerações, processos, invenções e demais técnicas que o assegurava a existência e sua organização no meio. Dessa maneira, os gêneros de vida, o qual La Blache se reporta, são conduzidos pelos costumes, hábitos, sua cultura e se concretizam na utilização da técnica em um dado espaço, ainda que se reconheça as transformações do gênero de vida (LA BLACHE, 1954, p. 172).

A alimentação no pensamento vidaliano ocupa lugar de centralidade, visto que, na agricultura, o gênero de vida fez o homem adotar a seleção de espécies de maior produtividade, de maior resistência a pragas e de maior dispersão no campo, como por



exemplo a cultura do arroz e do trigo, que são cereais muito utilizados nos regimes alimentares contemporâneos. La Blache chega a considerar os meios de alimentação como um fundamento dos mesmos, sendo um elemento primordial para analisar a cultura dos povos.

Ao descrever os modos de alimentação mediterrâneo, americano, europeu central e setentrional e asiático podemos inferir que as formas de se alimentar constituíam uma das mais fortes relações de ligação entre o homem e o meio (DE CAMPOS, 2015).

Ao analisar a obra de Vidal de LaBlache “*Princípios da geografia Humana*”, o geógrafo Ruy Moreira, sugere que o conceito de gênero de vida expõe que o regime da alimentação é o que mais sobressai dos aspectos essenciais contidos nos gêneros de vida das civilizações, sendo mais relevante no território que a habitação, o vestuário e o armamento (MOREIRA, 2015).

Na esteira de estudar a identidade dos povos em um dado território, o geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) inicia seus estudos correlacionados a alimentação, focando os conhecimentos geográficos sobre o homem, a partir do ponto de vista biológico, considerado como um dos principais teóricos clássicos da geografia, concebia a imensa variabilidade de espécies na Terra condicionada a ideia de espaço. Para ele o espaço era limitado, assim as diversas espécies disputam constantemente espaços de moradia [*Wohnraum*] e alimentação [*Ernährungsraum*], impulsionado pela expansão populacional (RATZEL, 2020). Ratzel faz um esforço teórico para enfatizar a luta permanente por espaço, trazendo a alimentação como um dos fundamentos para se pensar o espaço de vida das espécies.

Ratzel estabelece que a questão alimentar é um elemento estrutural em sua teoria, pois o papel do alimento ou do que ele chama de espaço alimentar [*Nahrungsraum*], institui permanente impulso a vivência de um constante movimento. Para Ratzel, o alimento se apresenta como primeira condição para se compreender sua biogeografia dos ecúmenos. As plantas e as pastagens demonstram desenvolvimento em solos ricos em nutrientes, onde existe a possibilidade delas se abastecerem dos componentes nutricionais extraídos do solo. Da mesma forma, as abelhas que sobrevoam longas distâncias a procura de alimento e as formigas que exploram vastas áreas aos arredores dos formigueiros ou mesmo os corais e recifes que se alimentam com a renovação da rebentação das ondas e as populações das cidades, se alimentariam através da exploração das extensas colônias (RATZEL [1901], 2019 p.125).

A questão espacial do pensamento ratzeliano destaca a alimentação como necessidade vital de todos os seres, juntamente com a habitação e a reprodução. Dessa forma, os seres vivos pleiteiam a conquista e ampliação do espaço alimentar como condição para que se possa

alcançar o ápice do espaço de vida [*Lebensraum*] ou ecúmeno de cada espécie entre elas os seres humanos. Isso porque todo organismo vivo precisa de um espaço para repousar, necessita também de um espaço ainda mais amplo para obter sua alimentação e alcançar seu ápice e “[...] sua alimentação, e alcança o ápice de sua reivindicação por espaço [*Raumforderung*] no processo de proliferação [*Vermehrung*] [...]”(RATZEL [1901], 2019 p.128).

Portanto, como Ratzel ([1901], 2019) demonstra que a relação da vida com o espaço é sempre uma luta por espaço, existir significa lutar por espaço, não somente o espaço da habitação, mas o espaço da alimentação, sobretudo, que é muito mais amplo que o de morada, e ainda maior à medida que aumenta a intensidade de habitação. Recuar, estreitar o espaço de vida, significa quase sempre a degeneração, a extinção. Ao passo que, ampliar o espaço de vida significa a diminuição das possibilidades de regressão e extinção e também maior adaptação a diversas condições de vida. Assim, a alimentação e a ela a questão da comida é um tema universal, que vincula os sujeitos e os povos, suas culturas e suas particularidades estabelecendo conexões complexas.

Segundo Carvalho (2007) foi Max Sorre (1880-1962) que percebeu a Geografia da alimentação como um capítulo inaugural da Geografia Humana. Maximilian Joseph Sorer, Maximilien Sorre, ou Max Sorre como é mais conhecido, buscou compreender a relação humana e o espaço, assim, o principal problema da geografia humana era esclarecer a relação entre o homem e o meio (SORRE, 1952).

Para Ruy Moreira (2003) Max Sorre trabalha na perspectiva da geografia ecológica vinculada a ideia de gêneros de vida como o *habitat* e o ecúmeno sendo um dos clássicos da geografia. Faz referência a relação entre o meio- homem por meio do modelo que compreende o clima e o homem. Tinha na proposta de geografia médica uma tentativa de mostrar a concepção ecológica de natureza, de homem e de relação homem-meio, como uma geografia de fluxos caracterizado por um processo biogeográfico da vida no centro. Neste sentido concebia os fenômenos dentro de uma perspectiva complexa, não concebendo nenhum fenômeno isolado, admitindo a existência dos complexos cultural, do homem, técnico e o alimentar. O todo é composto por uma rede de complexos cujo os fenômenos estão permanentemente numa dinâmica de fluxos, assim como os organismos patogênicos.

Deste modo, Sorre, a partir da noção de meio, define o conjunto das condições exteriores de vida do indivíduo ou do grupo”, isto é, todos seres vivos estão de alguma forma submetidos a um complexo como um todo e integram o complexo vivo, climático e social. A alimentação é a base para compreendermos todo o conjunto de complexos. Se olharmos para

o aspecto alimentar não há razões para considerar o gênero *homo* diferente dos demais seres vivos. Sorre pondera a influência de Vidal de La Blache em suas análises ao afirmar que preocupação com o ambiente é inerente ao geógrafo. (SORRE, 1951).

Ainda segundo Moreira (2003) Sorre é responsável por aproximar a relação entre a Geografia Humana e a Sociologia estabelecendo o capítulo essencial da geografia humana ao estudar os ecúmenos, seus limites, seus vazios, suas zonas de elasticidade, pois segundo o próprio Sorre, nenhuma situação geográfica, climática, nem o potencial alimentar conseguem sozinhos explica a distribuição humana (SORRE, 1951).

Em relação a fome temos que as formulações da Escola Francesa de Geografia a partir de Vidal de La Blache e Max Sorre influenciaram o pensamento de Josué de Castro, uma das grandes personalidades brasileiras do século XX e um dos grandes responsáveis pela abordagem mundial sobre a temática da fome no Brasil e no mundo (VIEITES et al., 2008).

Josué de Castro, a partir da geografia médica, utilizou o conhecimento geográfico para compreender a fome. Em seus trabalhos é evidente sua afinidade com o pensamento vidaliano e sorreano. Castro em sua atuação médica sempre tinha a tendência de naturalização de certos fenômenos sociais, mesmo os contestando, o que de certo modo demonstrava um pouco da influência do determinismo de Ratzel. Buscava relacionar o fator biológico com o social e foi justamente por meio da alimentação que Josué de Castro se aproximou da geografia, sempre se apoiando no método geográfico e nos pensadores geógrafos para se compreender a realidade, que para ele, é produtora de fome (VIEITES et al., 2008).

Ainda que a fome e a pobreza existam desde sempre, a comunidade científica e a humanidade precisam ter consciência para reivindicar as necessidades básicas em relação “ao alimentar”, pois a fome e a pobreza não são mazelas necessárias, sendo obrigação da ciência e da sociedade contemporânea eliminá-las. Leitão (2021) menciona que essa consciência essencial para enfrentar a fome e a miséria foi exemplificada por Josué de Castro, em relação a fome na Índia, quando Mahatma Gandhi colaborou na conscientização e problematização da libertação da miséria do povo hindu. Essa consciência humanitária de luta por injustiça social reside na premissa de que é possível o mundo estar em equilíbrio sem a fome e a miséria, “[...] sendo, inclusive, possível suprimi-las, devido ao progresso técnico-científico” (LEITÃO, 2021).

Josué de Castro enxergava que a humanização deveria sobrepor o dinheiro e o poder, entendia que as revoluções que ocorriam em contraposição ao capitalismo eram oportunidades de perceber que o homem não deveria ser escravo do dinheiro pois: “[...] dirigir-se a produção de forma a satisfazer as necessidades fundamentais dos grupos humanos e não deixar que o

homem continue a matar-se estupidamente para satisfazer a insaciável ganância de lucro da empresa de produção” (CASTRO, 1965, p. 53). Sobre este aspecto, Castro apresentou dados para defender que a fome mundial estava muito mais relacionada a questão da produção, ou mesmo a limitação de produzir alimentos (desmistificada pela então Revolução Verde), mas sobretudo pela má distribuição e consumo de alimentos (LEITÃO, 2021).

É necessário frisar que durante o processo de expansão capitalista dos domínios europeus, no século XIX, numa corrida por novos mercados consumidores e novas fontes de matéria-prima para atender à crescente industrialização e para perpetuar o processo de acumulação de capital, os países imperialistas fizeram com que a incorporação dos campeonatos, principalmente o asiático e o africano, tivesse um *modus operandi* semelhante ao ocorrido em países da América Central e do Sul no período colonial. Sobre esse processo, Rosa Luxemburg (1970) aponta que esse período se caracterizou pela violência empregada, além da desarticulação e rompimento de vínculos sociais e econômicos, principalmente dos povos tradicionais, como os indígenas.

Para Luxemburg (1970) a cada nova expansão colonial era conduzida de modo natural, por uma luta travada pelo capital contra a situação social e econômica dos povos indígenas, o que compreendia em apropriação violenta dos seus meios de produção assim como suas forças de trabalho. Desta forma, o único caminho que o capitalismo conhece como maneira de acumular capital ao longo do processo histórico é a utilização da violência, desde a origem até a atualidade.

Trata-se de uma ilusão acreditar que o capitalismo tenha, em sua base e como forma de ação para sua expansão, processos pacíficos (LUXEMBURG, 1970), ou seja,:

[...] A esperança de que o capitalismo se limite exclusivamente à “concorrência pacífica”, isto é, ao comércio regular de mercadorias, tal qual é praticado entre países capitalistas, como base única de sua acumulação, baseia-se na possibilidade ilusória de que a acumulação do capital se pode efetuar sem as forças produtivas, sem o consumo das populações primitivas e que pode confiar no lento processo de desintegração interna da economia natural. [...] O capital só conhece como solução para esse problema, o uso da violência, que constitui um método permanente da acumulação de capital” (LUXEMBURG, 1970, p. 313).

O sistema capitalista, com sua intensa necessidade e capacidade de obter lucro, têm a prevalência de se expandir espacialmente e submeter todos os aspectos da vida em sociedade à lógica de transformar os elementos essenciais à sobrevivência humana em uma mera mercadoria, como o caso dos alimentos, fortalecendo as desigualdades e conseqüentemente as carências alimentares. No Brasil, este processo, foi alvo de um modelo exploratório longe de ser superado frente à expansão do capital e dos desejos de acumulação ainda atuais.

Na visão de Caio Prado Jr. na obra “*A Formação do Brasil Contemporâneo*” de 1942, as ações imperialistas que contribuem para o acúmulo de capitais, teve no Brasil colonizado, uma relação de servidão aos interesses europeus, sendo o território brasileiro marcado pelo latifúndio monocultor e o trabalho escravo. Essas são características de uma empresa tipicamente comercial que tinha, naquela época, o objetivo de explorar a colônia, enriquecendo a Europa e conseqüentemente, insere a colônia brasileira, no plano internacional do capitalismo (PRADO JR., 2011).

O mundo não tinha conhecimento do quadro de fome das colônias, visto que a literatura ocidental, abonada pela mesma cultura, era cúmplice do silêncio que ocultava os olhos do mundo às massas humanas que passavam fome. Somente com o advento de duas grandes guerras mundiais e uma grande revolução social, como a Revolução Russa (1917-1928), quando cerca de 12 milhões de pessoas morreram de fome, a comunidade internacional passou a perceber que não era mais possível esconder a realidade social desta problemática. Período em que os estados foram aconselhados, pela comunidade científica, a incentivar a produção e divulgação de relatórios e dados da situação alimentar das populações (CASTRO, 1954).

O evento histórico ao qual Castro (1954) se refere, ocorreu logo após a Revolução Russa, incitado pelo movimento comunista soviético na Rússia, entre os anos de 1931 e 1933, liderados por Stalin, quando ocorreu a morte de aproximadamente 10 milhões de ucranianos, e foi denominado de *Holodomor*. Essa palavra ucraniana quer dizer “deixar morrer de fome” ou “morrer de inanição”. Esse termo passou a ser empregado no contexto da história ucraniana fazendo referência à morte de milhões de ucranianos. A fome de caráter genocidário, em que milhões de ucranianos foram dizimados, através da utilização da privação da alimentação como instrumento para punir os camponeses reticentes à coletivização agrícola e para esmagar o nacionalismo ucraniano, visto como um obstáculo ao projeto de construção de um Estado soviético centralizado e ditatorial (TAMANINI, 2019).

A revelação da fome e da miséria ao mundo também foi apresentada pelo geógrafo Yves Lacoste, mesmo não citando Josué de Castro em sua obra, concorda com o ponto de vista já apresentado por Castro (1954), de que logo após a 2ª Guerra Mundial, no contexto do extraordinário aumento populacional nos países subdesenvolvidos, o mundo conheceu a verdadeira “descoberta” da fome mundial, em um momento concomitante ao processo de independência dos países coloniais. Neste contexto ele afirma que:

Os ocidentais foram levados a tomar consciência de que cerca de três quartos da humanidade passavam fome, que estavam privados de instrução e de cuidados pessoais, que estavam muitas vezes sem trabalho. A fome é sem dúvida tão velha

quanto o gênero humano, mas sua "descoberta", seu reconhecimento oficial no fim da guerra foram consequências de profundas transformações políticas: enquanto existiam os elos estreitos da dominação colonial, e enquanto se procurava mantê-los por bem ou por mal, admitir que as populações colonizadas estavam na miséria era, numa certa medida reconhecer o fracasso desta famosa missão civilizadora, álbi ideológico da colonização (YVES LACOSTE, 1990, p. 15).

Para Susan George, independente do contexto histórico, haja vista que a fome não é um fenômeno inevitável como a morte e os impostos, pois já não vivemos no século XVII quando era frequente na Europa crise de escassez de alimentos ocasionando inclusive a fome severa. O mundo atual dispõe de recursos e tecnologia para alimentar toda a população mundial inclusive atendendo as projeções de crescimento populacional (GEORGE, 1978).

“A alimentação é a luta contra a fome”. A humanidade nem sempre tem ganhado a luta contra a fome. Tanto os níveis de povoamento como a localização e a densidade populacional estão entre os fatores atrelados a capacidade de se produzir alimentos. A disponibilidade social e a produção de alimentos têm seguido uma “dinâmica milenar de desigualdades distributivas e de crises alimentares”. Temos que as fomes fazem parte do passado e do presente da história da humanidade (CARNEIRO, 2017, p. 31).

A fome no mundo, e, sobretudo nos países de terceiro mundo e no Brasil, é decorrente de uma produção histórica que possui distintos significados, perpetuando em diferentes espaços e contextos da sociedade, inclusive nos universos particulares dos indivíduos que de alguma forma vivenciaram ou vivenciam esta calamidade. A fome ao qual nos propomos compreender é aquela que é visível da desigualdade social e se diferencia daquelas que ocorrem em períodos de guerras, nos campos de concentração e das catástrofes climáticas eventuais.

### **As estratificações da Alimentação e da fome no Terceiro Mundo: um olhar a partir de Milton Santos**

Há motivos para acreditar que o geógrafo Milton Santos ao estudar as transformações das populações urbanas nos países subdesenvolvidos tenha encontrado na questão da alimentação o ponto de partida para se compreender o subdesenvolvimento.

Analisando o trabalho do geógrafo no terceiro mundo, Santos indica que o estudo da estrutura da população e a análise de suas relações com certos aspectos do desenvolvimento da região podem se demonstrar úteis para então verificar as etapas do desenvolvimento urbano da população urbana. Em cada etapa do desenvolvimento urbano a população se comporta como uma “equação sociológica” em que assimila elementos próprios, do seu entorno, e de outros lugares. Esse entendimento e esforço sistemático ocorreu justamente ao



buscar elaborar um modelo de evolução do consumo alimentar na cidade dos países subdesenvolvidos (SANTOS, 1996, p.72)

Santos (2018) tem nos circuitos superior e inferior os dois grandes subsistemas dentro do sistema maior da economia urbana, assim, o entendimento da economia urbana do subdesenvolvimento perpassa pelas discussões da temática da alimentação.

Santos (2021) aponta que a população urbana apresenta um comportamento autônomo em relação à produção de alimentos. A força motriz responsável pela produção se estende a toda a população não agrícola, pois a população urbana “[...] desempenha um papel determinante na expansão das culturas alimentares.” E é na cidade que é desempenhado o papel mais importante (SANTOS, 2021). Isso ocorre por dois motivos: I) O espaço econômico das cidades não é limitado a área de implantação e a configuração deste espaço não depende exclusivamente do escoamento da produção; II) a cidade é multiplicadora, isto é, a atividade da cidade desencadeia uma série de ações sucessivas que alteram a estrutura demográfica e econômica.

Um exemplo do comportamento de consumo peculiar nas cidades do Terceiro Mundo, em que há a proliferação de conglomerados urbanos como as favelas, em que parte dessa população encontra-se em situação de pobreza é a assimilação de modos de consumo importados, pois sendo o dinheiro líquido algo raro, as populações destes espaços são induzidas adotarem novos hábitos e em vez de gastar seus recursos com aluguel de casa, saúde, educação e alimentação, os novos hábitos de consumo comprometem os gastos essenciais. No entanto, as populações mais pobres normalmente se endividam para as despesas correntes, já as de classe média se endividam com as despesas ocasionais, mas de modo geral a parte da alimentação no orçamento doméstico diminui com o aumento das rendas (SANTOS, 2018).

Temos que quanto maior for a população urbana, maior será a tendência das culturas alimentares em satisfazer as exigências de demanda e do mercado. É notório que as exigências urbanas tem aumentado mais que as rurais, pois “[...] a elasticidade do gasto com alimentação é maior entre as populações urbanas[...].” (SANTOS, 2021, p.334).

Porém, o percentual médio do orçamento voltado para as despesas alimentícias vai variar de acordo com as cidades e regiões, logo a variação geográfica no consumo, se deve em função dos diferentes níveis de desenvolvimento.

Dois aspectos importantes para a reflexão apontado por Milton Santos (2021) é que em países de estrutura agrária arcaica como o Brasil, o aumento pela demanda urbana raramente é satisfeito gerando a necessidade de importações, o que torna o fator tempo de



grande importância. Há ainda de se considerar que não existe um modelo específico em relação as populações urbanas. Quando analisamos a questão da distribuição, consumo e produção de gêneros alimentícios, devemos levar em conta os dados econômicos e quantitativos na complexidade da questão, em outras palavras, a composição da população urbana e o problema alimentar devem ser estudados segundo os dados demográficos e os dados econômicos de cada grupo populacional.

Quando se analisa os mecanismos dos circuitos comerciais, os sistemas de crédito são relevantes, pois influenciam diretamente o consumo em todas camadas da população, enquanto a população pobre recorre ao crédito para atender sua demanda em relação a alimentação, a população de maior poder aquisitivo acessa o crédito para satisfazerem suas demandas de bens de consumo duráveis e despesas de luxo (SANTOS, 2018).

Associado a necessidade de recorrer ao crédito para custear a alimentação nos espaços urbanos, Santos (2021) aponta que essas populações sofrem com a tendência de elevação do custo de vida além das variações sazonais dos preços dos alimentos e em muitos casos o salário mínimo não atende mais às necessidades biológicas mínimas. Esse quadro socioeconômico, caracterizado pela elevação do custo de vida frente aos salários, resulta no endividamento permanente das classes mais carentes, além de agravar o que Santos denomina de “subconsumo das massas urbanas”, ou seja, a substituição de alimentos ricos por de menor valor. “Ainda sim, são essas classes e o setor agrícola que são chamados, nos países subdesenvolvidos, a financiar as operações de desenvolvimento nacional” (SANTOS, 2021, p.347).

A composição das populações urbanas e os problemas alimentares devem considerar três conjunto de dados: I) os **dados demográficos** (estrutura etária, nacionalidade, religião entre outros), para exemplificar, Santos (2021) afirma que o consumo de alimentos não é necessariamente o mesmo entre homens e mulheres, bem como entre adultos, crianças e jovens; II) **dados econômicos** (são os dados econômicos ou quantitativos que tem relação com emprego/desemprego/subemprego, renda), neste aspecto, Santos (2021) considera que os estudos do orçamentos familiares é o “[...] único meio de conhecer o emprego efetivo dos salários e das rendas.” III) **Elementos de complexidade:** são os elementos que podem modificar o comportamento econômico-alimentar urbano como a conjuntura econômica, a distância entre os centros locais de produção e os problemas alimentares comum nos países onde a população urbana se insere. (SANTOS, 2021, p.338).

As estratificações da alimentação e da fome no Terceiro Mundo se inserem nas diferenciações regionais da urbanização, o que no Brasil é bastante presente. De fato, as



disparidades socioeconômicas presentes no território brasileiro repercutem no acesso a alimentação e influenciam diretamente no risco de sofrerem com fome e insegurança alimentar.

### **O círculo da Miséria e a Fome**

A fome pode ser atribuída o caráter de atuar não somente sobre os corpos famintos, ou sobre o espírito e até mesmo sobre sua estrutura mental, mas também sobre a conduta social. Um exemplo disso é quando se analisa que as denominadas “raças inferiores” pelos colonizadores, quando é ofertado alimento, são iguais as “raças superiores” (CASTRO, 1954, p.94). Percebe-se que a falta de alimentos, em sua versão mais cruel, a fome endêmica, colabora para a argumentação de legitimidade dos povos, hora alimentados e colonizadores sobre o regime de exploração e apropriação de territórios “mal alimentados” ao longo de séculos. Muitas características antropológicas apresentadas como superioridade ou inferioridade racial nada está correlacionado a raça, sendo produtos exclusivos da ação modeladora dos alimentos. São “consequências mais de recursos e hábitos alimentares dos grupos humanos do que de seus patrimônios hereditários” (CASTRO, 1954, p.94).

O geógrafo Pierre George (1909-2006) aponta um aspecto vinculado à fome e a miséria no quadro de subnutrição, tanto no caso dos africanos, nordestinos brasileiros, como nos indianos, é a grande miséria fisiológica que causa à subnutrição nessas populações, era em parte, confundida com os poderes sobrenaturais, as causas naturais, incorporadas pelos mitos de conservação social. George atenta ainda que nas sociedades subnutridas não se morre unicamente de fome, mas por obra de parasitas, insetos, pneumonia, tuberculose e de doenças específicas dos trópicos. Pela obsessão alimentar, com o objetivo de satisfazer a fome, o homem não cuida de sua habitação, nem de seu vestuário, ficando o homem dos países subdesenvolvidos propenso aos agentes do exterior e a mortalidade infantil (GEORGE, 1971).

Susan George reforça os desdobramentos que Pierre George apresenta dos quadros de desnutrição, pois de modo geral “ [...] as pessoas cronicamente famintas são fisicamente menos desenvolvidas e, mentalmente menos capazes do que as que comem o bastante [...]”, essas populações pobres tem menor resistência a doenças e propensas ao ataque de parasitas (GEORGE, 1978, p. 31).

As consequências sociais e econômicas da subalimentação são incalculáveis, uma vez que no ser humano, na fase de formação do cérebro, entre os primeiros meses de vida até os cinco anos de idade, caso a criança não receba uma alimentação adequada, regular e suficiente, trará lesões para toda sua vida, ainda que, durante o seu desenvolvimento, o

Indivíduo tenha uma boa alimentação durante a sua vida, pois as lesões cerebrais o acompanharão por toda sua vida. Nas palavras de Ziegler (2013) “A maldição da fome se prolonga biologicamente” quando milhões de mulheres<sup>4</sup> subalimentadas dão à luz a crianças, considerando que a subalimentação fetal provoca invalidez definitiva, danos cerebrais e deficiências motoras (ZIEGLER, 2013, p.34).

Sobre esse aspecto da subalimentação fetal, George (1978) considera que o aspecto moral mais revoltante das injustiças provocadas pela má nutrição seja o impedimento de um número considerável de pessoas de desenvolver o próprio potencial genético, conforme já provado pelos nutricionistas e concordando com Ziegler (2013), quando sustenta que os que não recebem calorias e proteínas nos primeiros meses após o nascimento, terão lesões cerebrais permanentes (GEORGE, 1978).

A insegurança alimentar e a fome trazem consequências devastadoras para a integridade física assim como os efeitos físicos e psicológicos sobre os corpos, “[...] A verdade é que nenhum fator do meio ambiente atua sobre o homem de maneira tão despótica, tão marcante, como o fator da alimentação” (CASTRO, 1954, p.94).

A “fome oculta” de Castro (2012), a “fome invisível” de Ziegler (2013) e a “fome silenciosa” das Nações Unidas conhecida como “*silente hunger*”, não é perceptível ao olhar, mesmo que este seja o olhar de um especialista como os médicos e nutricionistas, pois uma criança ou um adulto, pode apresentar um corpo aparentemente bem alimentado, com o peso correspondente aos padrões internacionais de acordo com a idade, no entanto, mesmo assim pode estar carente de vitaminas e minerais, “corroída pela má nutrição” que pode levar a agonia e a morte. Por isso, é necessário chamar a atenção para as mortes pela fome invisível que não são contabilizadas pelas estatísticas da FAO, pois somente consideram as quilocalorias disponíveis em seus estudos, desconsiderando as carências de vitaminas e de minerais (ZIEGLER, 2013, p. 56).

De fato, contabilizar fome e desnutrição não é tarefa simplória, pois ambas não são equivalentes, ou seja, mesmo que “[...] toda fome leva necessariamente à desnutrição – de fato, a uma modalidade de desnutrição: a deficiência energética crônica – nem toda deficiência nutricional se origina do aporte alimentar insuficiente em energia [...]” isto é, da falta de comida. Pelo contrário, as causas mais comuns da desnutrição, principalmente na

---

<sup>4</sup>Outra questão vinculada a subalimentação do gênero feminino está a questão cultural, machista e patriarcal de algumas sociedades, um exemplo disso são as regiões da Ásia e da África em que as mulheres sofrem discriminação constante, quando sudanesa-sahelianas ou somalis, as mulheres e crianças do sexo feminino comem os restos da comida dos homens e das crianças do sexo masculino. As viúvas, as segundas ou terceiras esposas sofrem do mesmo tratamento discriminatório alimentar (ZIEGLER, 2013, p. 53).

Infância pode ser o desmame precoce, higiene precária no preparo dos alimentos, uma dieta desequilibrada e a sucessão de eventos de diarreia e parasitoses intestinais. Porém, existe uma aproximação entre os terrenos da desnutrição infantil e a pobreza, pois o bom estado nutricional da criança pressupõe o atendimento a várias necessidades como a de alimentos (qualidade, diversidade e quantidade) além de acesso à moradia adequada, condições de saneamento básico, saúde, educação, entre outras (MONTEIRO 2003).

Monteiro (2003) enfatiza que as definições na prática em relação a pobreza, levam em conta geralmente a renda, seja esta monetária ou não monetária da família e a linha de pobreza (o nível crítico de renda) e o estimado custo para atender as necessidades básicas humanas, incluindo a alimentação. Se a linha de pobreza se basear somente na alimentação, temos a pobreza extrema, a indigência ou mesmo a insegurança alimentar (MONTEIRO 2003).

Sobre a associação entre a pobreza e a fome, o geógrafo Pierre George (1971), em *“Geografia do Consumo”*, argumenta que a fome está enraizada no “ciclo de miséria” presente nas vilas e tribos dos continentes africano, indiano e na América do Sul, isso porque várias famílias não têm um ganho salarial capaz de atender as demandas com a alimentação, ou seja, os baixos rendimentos salariais seriam a principal causa da fome nestas regiões. Para George, a condição humana, vinculado ao seu potencial de consumo e medido pelo rendimento familiar, se diversifica pela quantidade e natureza dos bens de consumo. Deste modo, ele estabelece que a (in) segurança alimentar e os quadros mais graves dela, a fome, têm uma relação direta com os rendimentos das famílias, indicando uma probabilidade maior de ocorrer desnutrição e subnutrição nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento por registrarem menores rendas médias.

No entanto, uma argumentação mais aceita se levou em conta os processos históricos de evolução do capitalismo, marcados pelas desigualdades de apropriação dos meios de produção e exploração dos territórios e povos considerados subalternos pelos colonizadores, é que as condições das populações se diferencia hoje sobretudo pelas condições de acesso aos direitos humanos, que entre eles, contém a alimentação, numa visão mais restrita, quando falamos do alimento, o acesso em qualidade e quantidade de modo que atenda às necessidades das populações. Hoje é perceptível a estratificação de classes nas sociedades, sendo possível distinguir entre aqueles que possuem poder aquisitivo para consumir alimentos e aqueles que não o tem, nos dividimos nesse aspecto pelo poder de consumo.

A revisão bibliográfica sistemática estabelecida se demonstrou um percurso metodológico exitoso, pois permitiu perceber que o pensamento geográfico clássico se apresenta como suporte teórico em relação as cartografias da alimentação e da fome. Os geógrafos que foram influenciados pela escola francesa têm muito a contribuir para o debate atual da alimentação e da fome. Trazê-los para as discussões abre caminhos para reflexionar sobre como passamos a vivenciar uma experiência alimentar complexa e contraditória, ou seja, estamos convivendo com abundância, enquanto diversidade, mesmo que aparente, mas por outro aspecto, estamos em um cenário alarmante, com persistência da fome e insegurança alimentar e o aumento das doenças associadas à alimentação.

Ao revisitar clássicos do pensamento geográfico e se embrenhar em algumas discussões ficou evidente que a fome perpassa pelo aspecto multidimensional, material e simbólico que envolve a questão da alimentação e a existência, resistência e sobrevivência das sociedades ao longo da história dos seres sejam estes animados ou inanimados. A alimentação é um ponto de confluência entre os seres vivos, o que nos provoca a refletirmos em diversos aspectos sobre a nossa relação entre os demais seres vivos, entre nós mesmos e sobre nossa existência na Terra e no universo. É evidente que existe uma correlação de dependência entre os seres orgânicos e inorgânicos, ou seja, entre os seres animados e inanimados.

Buscar fazer reflexões sobre a geografia dos alimentos é investigar na perspectiva de se compreender os vários desafios postos e correlacionados com a produção, comercialização, consumo, segurança e soberania alimentar diante dos avanços dos impérios alimentares que controlam a comida enquanto mercadoria em nível mundial atuando em múltiplas escalas.

Na sociedade contemporânea, discutir a fome e a alimentação é emergencial, visto que tanto a sua falta quanto o seu excesso, quando, por exemplo, abordamos os efeitos de uma alimentação inadequada, atribulada do ponto de vista nutricional, nos obriga a repensar o desperdício desde o plantio-criação à comercialização, a demasia de produção e até mesmo os problemas causados devido ao elevado consumo de determinados gêneros alimentícios, sobretudo os industrializados, denominados de ultraprocessados que vem ampliando significativamente a produção e o consumo assim como os problemas de saúde.

A partir da discussão estabelecida tendo a alimentação com fundamento nos estudos geográficos e com base no referencial teórico a geografia clássica com influência na escola francesa do pensamento geográfico foi possível estabelecer cartografias da alimentação e da fome que incorpora com necessidade de problematizar a alimentação contemporânea e seus desdobramentos de ordem geopolítica, econômica, social e ambiental.

Espera-se que a discussão provoque, desperte e resgate o interesse dos geógrafos e outros pesquisadores em relação à importância da alimentação enquanto alicerce que coaduna com a busca por soluções para a garantia da soberania alimentar das populações, sobretudo nos países que de alguma forma tiveram sua soberania alimentar erodida pelo processo de imposição do modelo colonial de exploração do território.

Buscar compreender a complexidade de caminhos para se discutir a fome e a (in) segurança alimentar sob o prisma da ciência geográfica, é um desafio atual para se construir espaços de reflexão sobre os sistemas alimentares globais e seus desdobramentos no cotidiano social carregado pelo antagonismo da abundância para uns e da ausência do alimento para muitos. A discussão proposta neste trabalho requer avanços que vão além dos debates sociais, que mesmo tendo sua relevância para a sociedade, em grande parte se apresentam fragmentados e desconectados com a geografia clássica.

Vimos que os modelos produtivistas inseridas nas colônias pelas potências capitalistas imperialistas, desde o período colonial, colaboraram para que a alimentação fosse utilizada como instrumento de poder mediante a dominação dos territórios e povos conquistados, o que ao longo da evolução do capital, repercutiu na expropriação de suas terras e modos de vida, intensificando as estruturas desiguais dos países subdesenvolvidos, ou seja, o modelo de exportação de *commodities* baseado nos latifúndios favoreceu o quadro de fome e insegurança alimentar nestes espaços.

A partir das discussões é possível inferir que as interfaces entre a alimentação, a fome e a geografia são múltiplas e ultrapassam as questões biológicas dos seres vivos, o que para a humanidade, em síntese está representada pela tríade do alimento-alimentar-alimentação. A discussão aponta uma trajetória da problemática histórica das fomes e da questão da alimentação no pensamento geográfico, que tem colocado em risco a segurança alimentar das populações de maior vulnerabilidade social e nos conduz a questionar os modelos de produção e consumo diante das transformações do modo pelo qual vivenciamos a comensalidade contemporânea.



### Referências Bibliográficas

BLACHE, Vidal de La. **Princípios de geografia humana**. 2. ed. Lisboa: Cosmos, 1954.

CÂMARA CASCUDO, Luís. **História da alimentação no Brasil**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2017.

CARVALHO, Antonio Alfredo Teles de. O pão nosso de cada dia nos dai hoje...Josué de Castro e a inclusão da fome nos estudos geográficos no Brasil. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em:  
<[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20022008-105544/publico/TESE\\_ANTONIO\\_A\\_TELES\\_CARVALHO.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20022008-105544/publico/TESE_ANTONIO_A_TELES_CARVALHO.pdf)>. Acesso em: 17 fev. 2023.

CASTRO, Josué de. **A alimentação brasileira à luz da geografia humana**. Rio de Janeiro: Globo, 1937.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome**. 3.ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954.

CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e sociedade: uma história da alimentação**. Elsevier Brasil, 2017.

DE CAMPOS, Rui Ribeiro. Uma breve análise da obra “Princípios de Geografia Humana”, de Vidal de La Blache. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 42, n. 1, 2015.

GEORGE, Pierre. **Geografia do consumo**. 2ª ed. - São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

GEORGE, Susan. **O mercado da fome: as verdadeiras razões da fome no mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

LACOSTE, Yves. **Geografia do subdesenvolvimento**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

LEITÃO, Ana Letícia Espolador. **O lugar do alimento no pensamento geográfico: uma análise a partir de Max. Sorre e de Josué de Castro**. 2021. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória (Brasil).

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.



MATUISHIMA, Marcos Kazuo. **Teorias do desenvolvimento e eixos : uma perspectiva a partir da análise geográfica** in: SPOSITO, Eliseu Savério; DOS SANTOS CLAUDINO, Guilherme. *Teorias na geografia: avaliação crítica do pensamento geográfico*. Consequência, 2020.

MONTEIRO, Carlos Augusto. “A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil”, *Estudos Avançados*, v. 17, n. 48, 2003.

MOREIRA, Ruy. Max Sorre. *GEOgraphia*, v. 5, n. 10, 2003, p. 135-143. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13460/8660>>. Acesso em: 8mar. 2023.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro**, vol.1: as clássicas originárias. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Editora Companhia das Letras, 2011.

RATZEL, Friedrich. O espaço da vida: um estudo biogeográfico. *Geographia*, v. 21, n.45, p. 107-116, 2019.

RATZEL, F. Lebesraum. *GEOgraphia*, Niterói, ed. 47, p. 147-166, 22 fev. 2020. DOI <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2019.v21i47.a40770>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/40770/23465>. Acesso em: 06 jan. 2023.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. Tradução de Sandra Lencioni. 1996.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Edusp, São Paulo, 2018.

\_\_\_\_\_. A alimentação das populações urbanas de países subdesenvolvidos. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 11, n. 2, p. 333-357, 2021.

SORRE, Maximilien. *Les fondements de la géographie humaine. Tome premier. Les fondements biologiques: essai d'une écologie de l'homme*. 3. ed. Paris: Armand Colin, 1951.

\_\_\_\_\_. *La géographie de l'alimentation. Annales de Géographie*, t. 61, n. 325, 1952a. p. 184-199. Disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/geo\\_0003-4010\\_1952\\_num\\_61\\_325\\_13393](https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1952_num_61_325_13393)>. Acesso em: 16 fev. 2023.

TAMANINI, Paulo Augusto. O Holodomor e a memória da fome dos ucranianos (1931-1933): os ressentimentos na História. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 64, 2019.

VIEITES, Renato Guedes et al. A influência de Maximilien Sorre e Vidal de La Blache na geografia médica de Josué de Castro. 2008.

ZIEGLER, Jean. **Destrução em massa**: geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.